

A desapareição forçada de 43 estudantes mexicanos: a história de um crime de Estado que mostrou ao mundo a barbárie existente no México

Andrea Santos Baca*

Ao longo do mês de outubro de 2014, o México foi notícia em âmbito mundial: o motivo é a denúncia nacional e internacional massiva de um crime de Estado: o assassinato de três estudantes normalistas e a desapareição forçada de 43 deles. Estes fatos de barbárie têm mostrado ao mundo o nível geral de crise que vive o país há pelo menos duas décadas, e que contrasta radicalmente com a imagem oficial, promovida internacionalmente, de um México “que se encontra no caminho do progresso” e que é, segundo esta, um “exemplo do exercício da democracia na América Latina”.

O que foi que aconteceu?

Mais uma noite de barbárie e repressão no México. Na obscuridade da noite de 26 e da madrugada de 27 de setembro, policiais municipais, fardados e em traje civil, da cidade de Iguala (Estado de Guerrero), atacaram covardemente a tiros os estudantes da *Normal Rural de Ayotzinapa*. Os estudantes *normalistas* encontravam-se nesse dia na cidade de Iguala, fazendo uma coleta de recursos entre a população local para a manutenção da sua escola e para assistir a marcha nacional contra o esquecimento da matança dos estudantes de 1968, a realizar-se no dia 2 de outubro na cidade do México. Neste ataque foram contabilizados vinte normalistas feridos e três assassinados, sendo que o corpo de um deles apareceu mais tarde com marcas de tortura e com os olhos e a pele do rosto arrancados. Mas também foram igualmente assassinadas três pessoas alheias aos *normalistas*, resultado do ataque a um ônibus que transportava um time de futebol local e que foram “confundidos” com os *normalistas*. Mas a absurda atrocidade das forças de segurança não parou por aí – nessa mesma noite, 43 normalistas foram detidos com vida e sequestrados pela polícia, os mesmos 43 que hoje são considerados vítimas de desaparecimento forçado. Ao longo dessa noite do dia 26 de setembro, qualquer pessoa que aparentasse ser estudante era considerado

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Economia (UFF), com mestrado em Ciências Sociais, FLACSO – México. asbaca@id.uff.br

“inimigo” do Estado mexicano, o que paradoxalmente coincidiu com o mesmo tipo de arbitrariedades praticadas há quarenta e seis anos, no massacre dos estudantes de 1968 na Cidade do México.

Por que a agressão aos estudantes normalistas?

Esta repressão brutal por parte do Estado mexicano tem sinais de vingança dos três níveis de poder (Municipal, Estadual e Federal) contra um movimento que historicamente tem estado do lado dos mais pobres do México. O projeto educativo das *Normales Rurales* surge como uma proposta de educação popular no fim da Revolução Mexicana de 1910 e que, portanto, é portadora, desde então, de um espírito revolucionário para a transformação do México. O seu objetivo era, e continua a ser, fornecer educação superior para a formação de professores bilíngues (espanhol e as línguas indígenas da região) de ensino básico aos filhos de camponeses e indígenas das regiões mais pobres do país. O projeto das *Normales Rurales* inclui um sistema de internato, refeitório, bolsa para os alunos, além de ter pequenas unidades de produção agrícola, oficinas de carpintaria e ferraria, clubes culturais e desportivos. A formação dos professores rurais não se reduz apenas às habilidades necessárias para ensinar a ler e a escrever, sendo dirigida também a ajudar, no possível, a comunidade onde eles chegam, seja no conhecimento de seus direitos ou até atuando como médicos, pedreiros, agricultores, carpinteiros, ferreiros e tudo o que seja preciso nestas comunidades que se encontram, na maioria das vezes, imersas na miséria.

A *Normal Rural de Ayotzinapa* foi fundada em 1926, no estado de Guerrero, pelo professor Raúl Isidro Burgos, com a ajuda da população local. É importante aqui destacar que Guerrero é um dos estados do país que se caracteriza pela sua composição indígena e camponesa, assim como pela pobreza, que, em 2012, atingia 70% da sua população (a maior porcentagem do país) e onde 58% da população com mais de cinco anos de idade não finalizou o ensino básico e 16.6% é analfabeta (INEGI, 2014; CONEVAL, 2012). Neste contexto a função da Normal de Ayotzinapa, ao longo da sua história, é exemplar e heroica, já tendo formado 88 gerações de professores com o compromisso de chegar aos lugares mais marginais, àquelas comunidades esquecidas pelo Estado, para oferecer aos mais pobres o direito fundamental do poder do conhecimento, da palavra e da escrita (Camacho e Hernández, 2010; Ávila, 2014).

Em suma, as *Normales Rurales* de México são um dos poucos resquícios das conquistas do povo mexicano na sua longa história de luta contra a injustiça e o “mau governo”. Por isso não é de estranhar que precisamente na *Normal Rural de Ayotzinapa* estudaram dois importantes líderes camponeses da década de 70: Lucio Cabañas e Genaro Vázquez. As *normales* são a base da organização estudantil mais velha do país: a *Federación de Estudiantes Campesinos Socialistas*

de México, fundada em 1935 – sem que isto signifique aceitar a constante acusação desqualificadora do governo, que identifica as *Normales Rurales* como “sementeiros de guerrilheiros” (sementeiros de guerrilheiros). O que por um lado é falso, porque durante décadas, como professores rurais, eles apenas têm empregado as “armas do conhecimento” provenientes da educação para e pelos filhos dos camponeses e indígenas pobres. Por outro lado, tenta ocultar as verdadeiras fontes do descontentamento e raiva da população: a condição de miséria, injustiça e violência que se reproduz estruturalmente, governo após governo, num México que acumula tragédias.

No entanto, esta capacidade particular de intervir nas comunidades esquecidas/marginalizadas do México, que é fomentada e cultivada nas *Normales Rurales*, é precisamente o motivo pelo qual tem sido objeto dos ataques do governo que, há décadas, tem tentado extingui-las. Assim, o seu número de sedes foi reduzido, muitas vezes violentamente, de 46 às atuais 17 *normales* ativas, as quais têm sobrevivido devido ao esforço, dedicação, organização e resistência dos professores e alunos destas instituições. Diante da redução cada vez maior dos recursos públicos destinados às *Normales Rurales* e das tentativas de extingui-las de forma direta ou indireta (por exemplo, através da modificação de suas matrículas e de seus princípios para serem transformadas em centros de formação técnica em turismo), professores e estudantes têm realizado diferentes mobilizações ao longo de mais de quatro décadas (Padilla, 2014). Foram já muitas vezes reprimidos pelas forças do Estado: no ano 2000, na *Normal de el Mexe*, 350 estudantes foram presos, com a posterior extinção da *normal* (Camacho, 2005); em 2008, o incêndio provocado na *Normal de Tiripetío*, no estado de Michoacan, com o saldo de dois estudantes calcinados (Padilla, 2014); em 2011, na mesma *Normal de Ayotzinapa*, dois estudantes foram assassinados pela polícia federal (Ocampo, 2011); e, em 2012, três *normales* do estado de Michoacan (Cherán, Arteaga e Tiripetío) tiveram 176 estudantes presos (Goche, 2012). Nenhum responsável foi processado por estes fatos violentos contra os estudantes, o que acaba por estabelecer a “norma” do pouco ou nulo valor que tem a vida dos estudantes normalistas rurais para o Estado mexicano.

Por que os atos de 26 de setembro são um crime de Estado?

A resposta do governo federal veio apenas após oito dias do desaparecimento dos 43 estudantes, o que tem sido denunciado como uma resposta tardia, pois segundo as recomendações internacionais, perante o desaparecimento forçado, as primeiras 48 horas são cruciais para encontrar com vida as vítimas. A linha de investigação que segue o governo federal, através da procuradoria geral de justiça, é que o governo da cidade de Iguala, assim como os membros da polícia, eram também membros do grupo de crime organizado denominado “*Guerreros*

*Unidos*¹. É que a ordem de repressão aos estudantes veio do prefeito da cidade, que não queria “ser incomodado” em uma festa oferecida pelo departamento de assistência social do governo local, encabeçada pela sua esposa. Os resultados das ações do governo federal através da Procuradoria General da República (PGR) são: 74 pessoas confinadas, entre elas elementos da polícia de Iguala, presumíveis membros do crime organizado “*Guerreros Unidos*”, e o prefeito da cidade de Iguala assim como a sua esposa (José Luis Abarca e María de los Angeles Pineda); a localização de 11 valas comuns (onde até agora tem se reportado 38 corpos identificados como não sendo dos estudantes) e a localização de restos humanos calcinados, sendo impossível ainda saber o número de corpos, em um aterro sanitário em uma localidade nos arredores de Iguala. As informações oficiais apontam para que os estudantes tenham sido assassinados e calcinados neste aterro sanitário e seus restos jogados num rio próximo (PGR, 2014).

Esta resposta do governo federal e as consequentes ações têm tido sempre o sentido de isolar o acontecido em Iguala, tomado como mais uma atrocidade do crime organizado, a que terrivelmente se têm acostumado os mexicanos desde que se deu o começo da absurda guerra contra o narcotráfico em 2006. Guerra essa que em 2014 apresenta um saldo estimado de 120 mil mortos e 22.322 pessoas não localizadas, ou seja, desaparecidas (UNAM-FCPyS, 2014).

Contudo, e ao contrário da versão que está promovendo o governo mexicano, o que aconteceu na cidade de Iguala é um crime de Estado. Primeiro, porque é evidente o envolvimento das três ordens de poder e de diferentes órgãos do Poder Judicial: o governo da cidade, composto pelo casal José Luis Abarca e María de los Angeles Pineda, que ordenou a repressão; a polícia local, que atirou e privou da sua liberdade os estudantes; o governador do Estado, Ángel Aguirre Rivero, que teve conhecimento oportuno da repressão e ignorou-a e que nos seguintes dias ao ataque ofereceu para os familiares dos estudantes assassinados ou desaparecidos 100 mil pesos mexicanos em troca do seu silêncio (Muñoz e Camacho, 2014); o presidente da república Enrique Peña Nieto e o procurador geral da república, Murillo Karam, porque também eles tiveram conhecimento das arbitrariedades (assassinatos presumivelmente ordenados por José Luis Abarca) e do vínculo do governo de Iguala com o crime organizado, há já pelo menos dois anos e nada fizeram (La jornada, 30/10/2014); e o exército, que esteve presente no local do ataque aos estudantes e que, em vez de ajudar, humilhou e agrediu estudantes que solicitavam ajuda e que se encontravam feridos procu-

¹ *Guerreros Unidos*, é um pequeno grupo criminoso surgido a raiz do enfraquecimento e fratura dos grandes carteis da droga da região resultado da guerra contra o crime organizado empreendida pelo Governo Federal desde 2006. Dedicar-se ao tráfico de drogas, principalmente da maconha e a amapola para os Estados Unidos, mas também aos sequestros e as extorsões. Conforma-se por sicários entre 16 e 25 anos e a suas atividades abrangem os Estados de Guerrero, Morelos e parte do Estado de México (Cortez/AFP, 2014).

rando assistência médica (Turati, 2014). Sendo que existem informações, dadas a conhecer pelos meios de comunicação alternativos e as organizações sociais que acompanham e apoiam os familiares das vítimas, que apontam que foi o exército quem desapareceu aos estudantes, considerando a sua presença no lugar e a seu histórico de táticas repressivas, incluído o desaparecimento, contras as guerrilhas e movimentos sociais na região desde a década setenta (Aristegui Noticias, 2014; Matías, 2014).

Mais ainda, e em segundo lugar, é um crime de Estado e não apenas um crime do governo atual, porque acontecimentos como estes apenas podem ser realmente explicados cabalmente pelo contexto de impunidade e desvios do poder político e econômico criado, reproduzido e ampliado ao longo de todos os governos neoliberais desde 1980 e mais fortemente a partir de 1994. Como vem denunciando o *Tribunal Permanente de los Pueblos* (TPP) – capítulo México², as políticas de livre comércio e os contínuos desvios do poder, dirigidos a canalizar e concentrar em poucas mãos os benefícios da privatização e estrangeirização da riqueza nacional, são as causas da violência estrutural, da impunidade e o terrorismo de Estado no México. O desvio do poder consiste na atitude distorcida do Estado, o qual emprega suas atribuições e seus poderes para beneficiar interesses privados que são contrários e prejudiciais ao interesse geral, quando sua função deveria ser zelar por estes. No México, estes desvios do poder são uma constante estrutural, expressa na realização, por parte de Estado, de atos ilegais, corrupção, distorção e destruição de direitos e instituições, assim como o fomento e criação de privilégios através de leis, normas e instituições, novamente com o objetivo de beneficiar poderosos interesses particulares e impedir o acesso à justiça do povo mexicano (TPP-México, 2012).

Violência estrutural que, em conjunto com o simulacro de democracia (com processos eleitorais cheios de irregularidades), tenta manter uma situação, em princípio, insustentável: de sistemática corrupção e apropriação privada dos re-

² O *Tribunal Permanente de los Pueblos* é um tribunal ético criado por Lelio Basso em 1979, advogado italiano, pela necessidade de um espaço onde o direito e a justiça não sejam exclusivos do Estado, precisamente para aquelas situações nas que a opressão procede do mesmo Estado, mas também por parte das empresas, os bancos e as instituições financeiras. O TTP inspira-se na breve porem exitosa experiência do Tribunal Russel, que evidenciou os crimes do Estado Norte-americano em Vietnam e examinou a repressão exercida pelas ditaduras militares na América Latina. Assim, o TTP examina as causas da violação flagrante e sistemática dos direitos fundamentais dos povos, minorias e indivíduos e denuncia diante a opinião pública internacional os autores de ditas violações. Conforma-se por personalidades de reconhecida autoridade moral provenientes de diferentes países, disciplinas e horizontes ideológicos. Para mas informação sobre o Tribunal visitar o site <<http://www.internazionaleleliobasso.it/?lang=en>>. O Capítulo México foi convocado, em 2011, por um conjunto de organizações da sociedade civil mexicana. Em 2012, o Tribunal instalou-se formalmente por dois anos no país, com o objetivo de analisar as diferentes violações aos direitos fundamentais dos povos de México orquestradas pelo Estado Mexicano a través do livre comercio e o desvio de poder no período 1982-2014 (TTP-México, 2012). Ao longo destes dois anos realizaram-se dez audiências com mais de 500 casos documentados de violações a direitos fundamentais. A audiência final foi realizada em novembro 2014.

cursos públicos, sobre-exploração laboral e desemprego, marginalização, violação dos direitos humanos, perseguição política, criminalização dos protestos sociais, desaparecimentos forçados, feminicídios, assassinatos extrajudiciais, colusão do crime organizado com os poderes e partidos políticos, e de privatização, poluição e destruição dos recursos naturais. Tudo isso tem como resultado uma economia dominada pela informalidade, pelas atividades criminais e pela migração, assim como uma falta de credibilidade geral com respeito a todas as instâncias de poder político e de justiça do país perante a acumulação de crimes que não são punidos – crimes em que, na maioria dos casos, alguma instância do poder constituído está envolvida, por ação ou omissão. Situação de barbárie geral no México, que explica que diante do crime cometido contra os estudantes normalistas, milhares de pessoas no país e no estrangeiro tenham saído à rua ao longo de semanas para mostrar a sua solidariedade, a sua dor, a sua raiva, e que faz ecoar no mundo seu grito:

**¡FUE EL ESTADO!
¡VIVOS LOS SECUESTRARON, VIVOS LOS QUEREMOS!
¡QUE SE VAYAN TODOS LOS RESPONSABLES DE
LA BARBARIE EN MÉXICO!**

Referências

- Aristegui Noticias. “El ejército , involucrado en ataque a normalista: Omar García”. *Aristegui Noticias* 03/11/2014. Disponível em: <<http://aristeguinoticias.com/3010/mexico/el-ejercito-tambien-esta-involucrado-en-el-ataque-a-normalistas-revela-omar-garcia/>>.
- Ávila E. “Normalistas rurales, protagonistas de la historia educativa en México”. *desInformémonos, periodismo de abajo*. 30 octubre 2014. Disponível em : <<http://desinformemonos.org/2014/10/normalistas-protagonistas-de-la-historia-educativa-en-mexico/>>.
- Camacho. “Llegó a su fin la normal rural de El Mexe, luego de siete décadas”. *La Jornada* 15/08/2005. Disponível em : <<http://www.jornada.unam.mx/2005/08/15/index.php?section=estados&article=036n1est>>.
- Camacho Z. E Hernández J. “La resistencia de las normales rurales”. *Revista Contralínea*. Disponível em: <<http://www.contralinea.com.mx/archivo/2008/abril/htm/resistencia-normales-rurales.htm>>.
- CONEVAL. *Evolución de la pobreza y pobreza extrema nacional y entidades federativas, 2008-2012*, anexo estadístico. Disponível: <http://internet.coneval.gob.mx/Informes/Pobreza/Estatad2012/NACIONAL_2010-2012/Cambios_pobreza_pobreza_extrema_Nac_Edos.zip>.
- Cortez Y. (AFP) “¿Quiénes son los Guerreros Unidos, presuntos atacantes en Iguala?” *CNN , México* 08/10/2014. Disponível em: <<http://mexico.cnn.com/>>

nacional/2014/10/08/quienes-son-los-guerreros-unidos-presuntos-atacantes-en-iguala>.

Goche F. (2012) “Fausto Vallejo: el odio a los estudiantes” *Revista Contralínea* 21/10/2012. Disponível: <<http://contralinea.info/archivo-revista/index.php/2012/10/21/fausto-vallejo-el-odio-los-estudiantes/>>.

INEGI. *México en cifras, Total Estatal Guerrero*. Disponível: <<http://www3.inegi.org.mx/sistemas/mexicocifras/default.aspx?e=12>>.

La jornada (Redacción). “Se investigó a Abarca de 2010 a 2012 por sus vínculos con delincuentes: Osorio Chong. *La jornada*. 30/10/2014. <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2014/10/30/se-investigo-a-abarca-de-2010-a-2012-por-vinculos-con-delincuentes-osorio-chong-9425.html>>.

Muñoz y Camacho (2014) “El gobierno de Guerrero intentó sobornar a los padres de los 43”. *La Jornada*, 01/11/2014. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2014/11/01/politica/003n1pol>>.

Matías P. “Normalistas fueron entregados a militares, acusa el EPR”. *Proceso* 29/10/2014. Disponível em: <<http://www.proceso.com.mx/?p=386131>>.

Ocampo. “Matan policías a dos estudiantes al desalojar un bloqueo carretero”. *La Jornada* 13/12/2011. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2011/12/13/politica/002n1pol>>.

Padilla T. “La criminalización de los normalistas rurales”. *La Jornada* 04/10/2014. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2014/10/04/la-criminalizacion-de-los-normalistas-rurales-tanalis-padilla-7283.html>>.

PGR (2014) *Conferencia de prensa del procurador general de la república, Jesús Murillo Karam, sobre sucesos en Iguala, Guerrero*. 22/10/2014. Disponível: <<http://pgr.gob.mx/prensa/2007/bol14/Oct/b19814.shtm>>.

TPP-capítulo México (2012). *Demanda general introductoria*. Disponível no site: <<http://www.tppmexico.org/>>.

TPP-capítulo México (2014). *Libre comercio, violencia, impunidad y derechos de los pueblos en México (2011-2014) Sentencia Final*. Disponível no site: <<http://www.tppmexico.org/>>.

Turati (2014) “Aquella noche de terror en que el ejército se negó a ayudar a los normalistas”. *Proceso*. Disponível em: <<http://www.proceso.com.mx/?p=386287>>.

UNAM-FCPyS (2014). *Más allá de Ayotzinapa. La crisis de seguridad nacional*. Disponível em <http://www.parametria.com.mx/estudio_dia.php?e=122>.

Recebido em novembro de 2014

Aprovado em dezembro de 2014